

LIDO NA SESSÃO DO DIA

10 DEZ 2025

1º SE. CREVÁRIO

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

8521/25

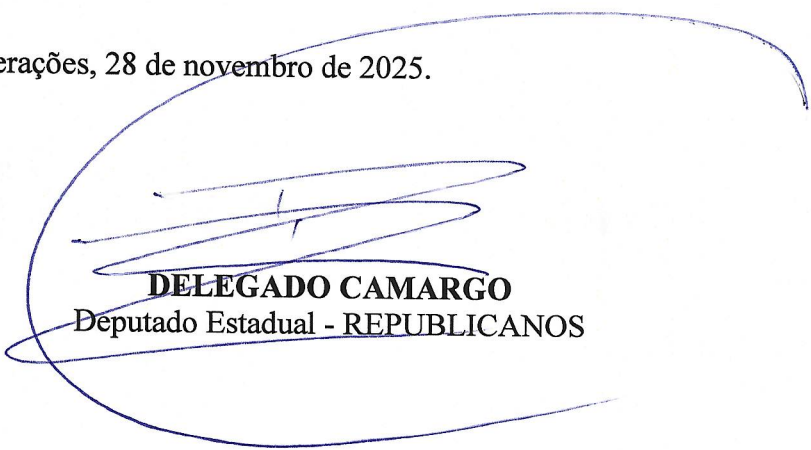
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Governadoria, o pedido de informação sobre as datas cronológicas de tramitação dos ofícios de emendas parlamentares apresentadas por cada Deputado, especificando o encaminhamento efetuado pela Casa Civil à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG e o retorno dos respectivos ofícios da SEPOG à Casa Civil.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos dos arts. 146, IX, 172, 178 e 179 do Regimento Interno, requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Governadoria, o pedido de informação sobre as datas cronológicas de tramitação dos ofícios de emendas parlamentares apresentadas por cada Deputado, especificando o encaminhamento efetuado pela Casa Civil à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG e o retorno dos respectivos ofícios da SEPOG à Casa Civil.

Considerando a resposta constante no **Ofício nº 8828/2025/CASACIVIL-DITELIR** e Informação **nº05/2025/CASACIVIL-DEP**, requer informações dos seguintes questionamentos, devendo ser respondido ponto a ponto.

1. Quais são as datas cronológicas de tramitação dos ofícios referentes às emendas parlamentares apresentadas por cada Deputado?
2. Quando cada ofício foi recebido pela Casa Civil e qual foi a data de seu encaminhamento à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG?
3. Quais foram os encaminhamentos realizados pela Casa Civil para cada um dos ofícios de emendas parlamentares? Encaminhar a relação dos ofícios
4. Em que datas a SEPOG devolveu à Casa Civil os respectivos ofícios encaminhados?

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
<p>5. Houve algum ofício que permaneceu pendente por prazo superior ao usual em alguma das etapas de tramitação? Em caso afirmativo, justificar.</p> <p>6. Existe registro formal das movimentações internas realizadas pela Casa Civil e pela SEPOG durante a tramitação dos ofícios? Em caso positivo, solicitar cópia.</p> <p>Plenário das Deliberações, 28 de novembro de 2025.</p> <p> <b>DELEGADO CAMARGO</b> Deputado Estadual - REPUBLICANOS</p>			



PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>A presente solicitação de informações justifica-se pela necessidade de assegurar transparência, rastreabilidade e controle na tramitação dos ofícios referentes às emendas parlamentares apresentadas pelos Deputados Estaduais. Conhecer as datas cronológicas de cada etapa do fluxo desde o recebimento pela Casa Civil, o encaminhamento à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e o retorno dos documentos é essencial para verificar a regularidade do processo, prevenir eventuais atrasos e garantir que todas as demandas parlamentares estejam sendo tratadas de forma isonômica e eficiente.</p> <p>Ademais, a disponibilização dessas informações possibilitará o acompanhamento do cumprimento das responsabilidades institucionais de cada órgão envolvido, além de contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, gestão e execução das emendas parlamentares. A transparência no fluxo de tramitação fortalece a gestão pública, amplia as condições de controle social e oferece subsídios relevantes para a tomada de decisões estratégicas que influenciam diretamente a alocação de recursos e a implementação das políticas públicas.</p> <p>Como <b>presidente</b> da Comissão de Fiscalização e Controle e membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, amparado no Art. 28, II, IV do Regimento Interno desta Casa de Lei, e Lei n.º 1121/2001, para elucidação de qualquer matéria sujeita a estudo, o parlamentar poderá requerer a realização de diligências, bem como formular pedidos de informação, nos termos da Constituição Estadual, da Lei e do Regimento Interno.</p> <p>Neste sentido, ao fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive abarcando os atos da Administração indireta, este Parlamentar está cumprindo com as suas funções típicas, após eleito.</p> <p>A Constituição do Estado de Rondônia nos Incisos XVII e XXXIV do Art. 29, acrescido pela Emenda Constitucional nº 24 de 04 de março de 2012, atribuiu a competência privativa à Assembleia Legislativa vejamos:</p> <p style="text-align: center;">XVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;</p>			

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
<p>XXXIV- encaminhar ao Governador do Estado pedido, por escrito, de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em tramitação, ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembleia, importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. (Adin 132-9 - Inconstitucional a expressão: ...importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. Acórdão: DJ 30.05.2003).</p> <p>Por sua vez, o Art. 46 da Constituição Estadual ainda dispõe:</p> <p>Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.</p> <p>Do mesmo modo, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, no Art.146 destaca que:</p> <p>Art. 146. Proposição é toda matéria submetida à deliberação da Assembleia, a saber: IX- Requerimento;</p> <p>O Regimento Interno ainda dispõe que o requerimento é a proposição pela qual o Deputado ou Comissão, solicita informações, vejamos a redação do Art. 172 e por conseguinte do Art. 179:</p> <p>Art. 172. Requerimento é a proposição pela qual o Deputado ou Comissão, solicita informações ou providências da Assembleia, de outros Poderes, ou de órgãos públicos, bem como, manifestação de caráter público do Legislativo. [...]</p> <p>Art. 179. Os requerimentos de informações mencionarão as autoridades a quem são dirigidas, importando crime de responsabilidade, a recusa ou o não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhadas pelo Presidente da Assembleia ao Governador do Estado, observadas as seguintes regras: [...] III - deverão referir-se a ato ou fato relacionado com matéria legislativa em tramitação, ou sujeito à da Assembleia.</p> <p>Corroborando com os entendimentos acima, temos ainda o Decreto nº 24.876, de 17 de março de 2020, que nos ensina no Art. - 1º, § 2º, I, que requerimento é a proposição pela qual Deputado ou Comissão, solicita informações ou providências aos Órgãos do Poder Executivo Estadual e demais Poderes, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não cumprimento no prazo, bem como a</p>			



PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
<p>prestação de informações falsas.</p> <p>Assim, é prerrogativa assegurada a fiscalização, acompanhamento e controle ao Parlamentar, das ações do Poder Executivo estadual, ou seja, do governador, do vice-governador e dos secretários estaduais. Esta função é importante para garantir a boa gestão dos recursos públicos e a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.</p> <p>Além disso, indispensável se faz a observância aos princípios da transparência, publicidade e interesse público, os quais são mecanismos fundamentais para garantir o direito de acesso à informação, que é uma das expressões da cidadania e da democracia.</p> <p>No âmbito do Poder Executivo estadual, o acesso à informação é um instrumento essencial, para fiscalizar e avaliar as políticas públicas implementadas pelo governo estadual, bem como para exercer o controle social sobre o uso dos recursos públicos.</p> <p>Diante de exposto, solicito apoio dos Nobres Parlamentares para aprovação do presente requerimento.</p>			